



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 08 e 09 DE JULHO DE 2021

1 Nos dias oito e nove de julho de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada  
2 a 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram  
3 presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia 08: Ailton Benedito de Souza (MPF);  
4 Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá (APIB); Darci Frigo (DHESCA BRASIL);  
5 Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Eduardo Miranda Freire de Melo (SNPG/MMFDH);  
6 Elisabeth Villela Costa (FNDC); Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de Moura  
7 Júnior (CONAM); Deputado Helder Salomão (Câmara dos Deputados – Minoria); Joselito de  
8 Araújo Sousa (PF); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (SNPG/MMFDH); Leandro Gaspar  
9 Scalabrin (ANAB); Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPG); Marcelo Chalhó (OAB); Maria  
10 das Graças Bezerra (ANCED); Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Paulo  
11 Tavares Mariante (ABGLT); Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard (MRE); Rogério Giannini (CFP);  
12 Romi Márcia Bencker (CONIC); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami  
13 Berriel (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).  
14 Dia 09: Ailton Benedito de Souza (MPF); Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá  
15 (APIB); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Eneida Canêdo  
16 Guimarães dos Santos (UBM); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Everaldo Bezerra Patriota (OAB);  
17 Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos  
18 (SNPG/MMFDH); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Luísa de Marillac Xavier dos Passos  
19 (CNPG); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli (MRE); Marcelo Chalhó (OAB); Mônica de  
20 Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Rogério Giannini

21 (CFP); Romi Márcia Bencker (CONIC); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia  
22 Dirami Berriel (CUT); Yuri Michael Pereira Costa (DPU). Ausências Justificadas: Márcia Regina  
23 Ribeiro Teixeira (CNPJ).

24

25 **Abertura da 22ª Reunião Extraordinária – Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael  
26 Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e  
27 às pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. Registrou o agradecimento à  
28 presença das interpretas de libras. **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:**  
29 Dando sequência, informou que o CNDH recebeu, no dia 28 de junho, a comunicação da ANCED  
30 informando a alteração da sua representação, dando as boas-vindas a Sra. Maria das Graças  
31 Bezerra. Realizada uma breve fala de apresentação pela Conselheira Maria das Graças Bezerra,  
32 lembrou que também houve a informação da alteração das representações da SNP/MMFDH na  
33 última reunião extraordinária, solicitando que se apresentem para que fossem dadas também as  
34 boas-vindas. Realizada também a fala de apresentação pela Conselheira Karoline Aires Ferreira  
35 Vasconcelos, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que a Sra. Domenica Bumma,  
36 representante da União Europeia, também havia confirmado presença nesta reunião, porém,  
37 observou que ainda não está presente. Em seguida, resgatou a alteração realizada na Coordenação  
38 da Secretaria Executiva do CNDH, apresentando e dando as boas-vindas ao Sr. Ítalo Bruno Lima  
39 Nonato. O Sr. Ítalo Bruno Lima Nonato realizou uma breve apresentação, colocando-se à  
40 disposição para auxiliar todos os conselheiros. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa notificou  
41 que a Mesa Diretora padronizou um tipo de comunicação de denúncias arquivadas a fim de que  
42 sejam explicitadas a função do CNDH e as competências de outras entidades diretamente ligadas à  
43 demanda. Acrescentou que foi deliberado que a pauta relacionada à afirmação do CNDH como  
44 Instituição Nacional de Direitos Humanos – INDH ficará vinculada mais diretamente à Mesa  
45 Diretora para centralizar a discussão. Ressaltou a realização de uma série de reunião com Tribunais  
46 de Justiça do país referente à Resolução CNDH nº 10/2018 e relatou que a Mesa Diretora está  
47 trabalhando em uma dinâmica com relação aos fluxos dos temas destacados que são debatidos às  
48 quintas-feiras no período da tarde, explicando-a. Explanou que foi deliberado pela Mesa Diretora o  
49 envio de *e-mails* às comissões para que possam sugerir possíveis atuações referentes ao racismo  
50 estrutural até o dia 16 de julho. Abrindo para os informes dos conselheiros, o Conselheiro Eduardo  
51 de Carvalho Mota registrou o seu retorno ao Conselho. O Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus

52 Vieira – Dinamam Tuxá registrou as agendas indígenas que estão tramitando no Congresso  
53 Nacional, solicitando o apoio do CNDH para tornar públicas essas violações. A Conselheira Sandra  
54 Maria da Silva Andrade arrazoou que a CONAQ está atuando junto aos estudantes universitários na  
55 luta pela Bolsa Permanência, informando que será realizada uma incidência em Brasília/DF para  
56 pautar essa questão. Solicitou que o CNDH elaborasse uma nota de apoio. O Presidente Yuri  
57 Michael Pereira Costa salientou a importância dessa pauta e sugeriu que fosse elaborada uma  
58 minuta de nota para discussão na Mesa Diretora. Registrou a presença da Sra. Domenica Bumma,  
59 representante da União Europeia no Brasil, a qual manifestou sobre a importância de  
60 acompanhamento das reuniões do CNDH. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa informou que  
61 até o momento não recebeu nenhuma sugestão de tema emergente para debate no turno da tarde  
62 deste dia, questionando se havia algum tema e sugerindo dar sequência aos itens de pauta listados  
63 caso não houver nenhuma indicação. O Vice-Presidente Darci Frigo sugeriu a inclusão das novas  
64 pautas da sociedade civil no início da tarde, o que foi acatado, sendo que os demais itens serão  
65 ajustados caso houver tempo hábil, respeitando os convidados. **Aprovação da Ata da 18ª Reunião**  
66 **Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** O  
67 Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou que a Secretaria Executiva realizasse a exposição  
68 da Ata, questionando se haveria alguma observação a ser realizada. Não havendo observações, a  
69 Ata foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, UNISOL Brasil, MNDH Brasil,  
70 CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA Brasil, MNMMR, CFP, MMFDH, MRE, DPU,  
71 PF, Câmara dos Deputados - Minoria. **Referendum de Notas Públicas do Conselho Nacional dos**  
72 **Direitos Humanos - CNDH: (i) em repúdio à violação do Direito à Manifestação dos Povos**  
73 **Indígenas do Brasil, ocorrida em Brasília/DF, em 16 de junho de 2021 - Processo SEI**  
74 **00135.213410/2021-26:** Apresentada a referida Nota, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
75 questionou se haveria alguma consideração e não havendo, colocou-a em processo de votação,  
76 sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL  
77 BRASIL, PF, MNDH, Câmara dos Deputados – Minoria, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB,  
78 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU Abstenções: MMFDH, MRE. **Referendum de Notas**  
79 **Públicas do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH: (ii) de pesar sobre o**  
80 **falecimento da Irmã Telma Lage - Processo SEI 00135.214052/2021-79:** Apresentada e  
81 contextualizada a referida Nota, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria  
82 alguma consideração e não havendo, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por

83 unanimidade dos presentes: OAB, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, CUT,  
84 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF, Câmara dos  
85 Deputados - Minoria. Sugestão de encaminhamento à Diocese de Boa Vista/RR e à Conferência dos  
86 Religiosos do Brasil (aos cuidados da Irmã Inês). **Referendum de Notas Públicas do Conselho**  
87 **Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; (iii) Nota Pública contra o avanço da legalização da**  
88 **grilagem no Brasil - Processo SEI 00135.214990/2021-79 – Presidente Yuri Costa:**  
89 Apresentada a referida Nota, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma  
90 consideração e não havendo, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o  
91 registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL BRASIL, PF, MNDH, Câmara dos  
92 Deputados – Minoria, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,  
93 DPU. Abstencões: MMFDH, MRE. **Referendum da Manifestação do Conselho Nacional dos**  
94 **Direitos Humanos (CNDH) à Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pelo Senado**  
95 **Federal (“CPI da Pandemia”) – Violações de Direitos Humanos no contexto de Pandemia pela**  
96 **Covid-19 no Brasil - Processo SEI 00135.214331/2021-32 - Presidente Yuri Costa:** Apresentada  
97 e contextualizada a referida Manifestação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se  
98 haveria alguma consideração. O Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota observou que as fontes da  
99 manifestação não foram abrangentes de forma a considerar todo o cenário existente,  
100 exemplificando. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota salientou que a manifestação já foi  
101 divulgada e não há como discutir questões relacionadas ao mérito. Finalizadas as considerações, o  
102 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou a Manifestação em processo de votação, sendo  
103 aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL BRASIL,  
104 MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, Câmara  
105 dos Deputados - Minoria. Votos contrários: MMFDH, MRE. Abstencões: PF. O Conselheiro  
106 Marcelo Chalréo compreendeu que caberia uma discussão sobre a nota encaminhada pelo  
107 Ministério da Defesa a respeito da CPI da Covid-19 nos temas emergentes e o Presidente Yuri  
108 Michael Pereira Costa registrou a sugestão, explicando que a retomará no início da pauta do período  
109 da tarde para aprovação. **Retorno parcial das atividades presenciais no MMFDH, em 14 jun.**  
110 **2021, “(...) com revezamento, respeitando os 30% do limite máximo da capacidade física de**  
111 **cada setor, mantendo-se o distanciamento mínimo de um metro, uso obrigatório de máscara e**  
112 **álcool em gel”. OFÍCIO-CIRCULAR N° 136/2021/GAB.SNPG/SNPG/MMFDH, de 30 de abril**  
113 **de 2021) - Processos SEI 00135.205488/2021-77 e 00135.205493/2021-80 – Presidente Yuri**

114 **Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa apresentou uma breve contextualização sobre a  
115 deliberação que aprovou o trabalho virtual dos colaboradores do CNDH, todavia, informou que foi  
116 publicado um ofício da SNPG, em 14 de junho, determinando o retorno de 30% do limite máximo  
117 da capacidade física de cada setor. Diante essa situação, o CNDH emitiu também um ofício  
118 comunicando sobre a sua deliberação e explicando que permaneceria com essa suspensão até que  
119 fosse realizada uma deliberação posterior do pleno. Relatou que essa questão foi debatida na Mesa  
120 Diretora, a qual decidiu realizar o levantamento de informações adicionais sobre a situação atual da  
121 pandemia no Distrito Federal e sobre a vacinação da equipe para apresentação ao pleno. O Sr. Ítalo  
122 Bruno Lima Nonato apresentou uma breve síntese das informações recolhidas, explanando que foi  
123 considerado como primordial a volta gradual do trabalho presencial apenas após serem atingidas as  
124 seguintes condições: a) imunização completa de toda a equipe da Secretaria Executiva,  
125 considerando um mês decorrido após a última dose da vacina aplicada; b) índices de controle  
126 epidemiológicos da doença no Distrito Federal, com índice de contaminação inferior a 0,8 sem filas  
127 para leitos de UTI e capacidade hospitalar abaixo de 70% por pelos menos 14 dias consecutivos.  
128 Em seguida, expôs os seguintes dados coletados: 1. Situação atual da pandemia no DF  
129 (07/07/2021): a) vacinação atualmente suspensa por idade até a chegada de novas doses. Previsão  
130 de abertura de agendamento para pessoas com mais de 44 anos; pessoas com comorbidades,  
131 gestantes e outros públicos específicos (que não contemplam a equipe): sem calendário de  
132 vacinação por idade definido para a Unidade Federada; b) ocupação total de leitos de UTI no DF:  
133 75% (InfoSaúde-DF): 98 pessoas aguardando leitos de UTI; c) taxa de transmissão de Covid-19  
134 (ritmo de contágio) em 0,92 (Boletim Epidemiológico de 06/07/21); d) percentual de pessoas  
135 vacinadas com a segunda dose no DF: 11,93% e percentual de pessoas vacinadas com a primeira  
136 dose do DF: 34,8% (Fonte: Dados oficiais do Governo do DF em 07/07/21); 2. Situação de  
137 trabalhadoras/es da Secretaria Executiva do CNDH: A equipe atualmente é formada por 15 pessoas,  
138 entre as quais: a) 12 não tomaram nenhuma dose de vacina contra a Covid-19, b) duas pessoas  
139 tomaram apenas a primeira dose, c) uma tomou o esquema completo, d) entre as 15 pessoas, nove  
140 são (ou moram com) pessoas com comorbidades ou idosas e são responsáveis por crianças e  
141 adolescentes e/ou são lactantes. Externadas todas as opiniões e manifestações e feitos os  
142 esclarecimentos necessários, deliberou-se pela elaboração de ofício à SNPG comunicando a decisão  
143 aprovada por unanimidade dos presentes no plenário (OAB, UNISOL Brasil, MNDH BRASIL,  
144 CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, CONIC, MMFDH, MRE, DPU,

145 PF, Câmara dos Deputados - Minoria) no sentido de manter o trabalho da Secretaria Executiva  
146 100% remoto, com exceção de trabalhos pontuais nos quais sejam estritamente necessária à  
147 presença física na sede (apenas um trabalhador por vez, para evitar o desrespeito ao distanciamento  
148 social). No ofício devem constar as informações constantes no relatório produzido pela equipe.

149 **Designação de Deborah Duprat como consultora *ad hoc*. Escopo da consultoria: elaboração de**  
150 **parecer jurídico sobre nomeação no cargo de Coordenador-Geral do Conselho Nacional de**  
151 **Direitos Humanos, tomando como base os Princípios de Paris na consolidação de INDHs e a**  
152 **NOTA n. 00056/2021/GAB/CONJUR-MDH/CGU/AGU - Processo SEI 00135.209747/2021-39.**

153 **Prazo da consultoria: 60 dias – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
154 informou que os documentos relacionados ao tema estão incluídos no *drive*, explicando que a ideia  
155 é realizar a indicação a Sra. Deborah Duprat como consultora *ad hoc* para elaboração do parecer  
156 jurídico sobre nomeação no cargo de Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Direitos  
157 Humanos, com prazo estabelecido de 60 dias. Não havendo manifestações, colocou em processo de  
158 votação a designação de Deborah Duprat como consultora *ad hoc*, a qual foi aprovada por  
159 unanimidade, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL BRASIL, MNDH,  
160 CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, CONIC, MMFDH, MRE, DPU,  
161 PF, Câmara dos Deputados – Minoria. Antes de seguir para o próximo item de pauta, parabenizou o  
162 trabalho realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para  
163 continuidade do Observatório Parlamentar. **Apreciação da Recomendação Conjunta nº 01/2021**  
164 **que os Conselhos de Direitos Humanos por meio da Rede Nacional de Conselhos de Direitos**  
165 **Humanos recomendam ao Congresso Nacional a reprovação de proposta legislativa que**  
166 **pretenda denunciar a Convenção 169 da OIT já internalizada no ordenamento jurídico**  
167 **brasileiro – Presidente Yuri Costa - Processo SEI 00135.211718/2021-37:** Apresentada a  
168 referida Recomendação Conjunta, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria  
169 alguma consideração. O Conselheiro Marcelo Chalréo ponderou que a Convenção possui caráter  
170 supralegal, porém, não possui status de emenda constitucional como indicado no último  
171 considerando da recomendação. Realizada a adequação da redação da Recomendação Conjunta, o  
172 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou-a em processo de votação, a qual foi aprovada por  
173 maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: MMFDH, OAB, MRE, CNPG, PF,  
174 UNISOL BRASIL, Câmara dos Deputados - Minoria, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC,  
175 CONAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, DPU. Abstenção: MPF. **Relato da Reunião do Grupo de**

176 **Trabalho sobre Proteção aos Direitos das Pessoas em Situação de Deslocamentos**  
177 **Compulsórios – Conselheira Eneida Guimarães:** Diante a ausência da Conselheira Eneida  
178 Guimarães, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota informou que foi deliberada, na reunião  
179 realizada no dia 30 de junho, a realização de mapeamento de todos os grandes empreendimentos  
180 com impactos para conhecimento do pleno. **Relato da 8ª e 9ª Reunião do Grupo de Trabalho**  
181 **constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF na ADPF n.º 742, que tem por**  
182 **finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano Nacional de Combate aos Efeitos**  
183 **da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas - Processo SEI nº**  
184 **90790.001104/2020-27 – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo notificou  
185 que o Grupo de Trabalho continua se reunindo, todavia, a reunião desta semana foi adiada para o  
186 dia 14 de julho. Discorreu que há uma manifestação do Ministro Edson Fachin sobre os  
187 quilombolas que possuem direito à vacina, a qual deixou várias famílias fora da vacinação.  
188 Explicou que o Grupo dividiu as suas ações para acompanhamento das medidas referentes à vacina,  
189 questão sanitária, território, alimentação e água. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade  
190 complementou discorrendo que será apresentado um diagnóstico da vacinação nas comunidades  
191 quilombolas na próxima reunião. **Relato da 24ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos**  
192 **da População em Situação de Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes;**  
193 **Aprovação do Termo de Designação de Adriana Raquel Ferreira Costa Oliveira como**  
194 **consultora *ad hoc* no prazo de 180 dias, para atuar na Missão Conjunta ao Estado do Pará,**  
195 **definida nos termos da Reunião Extraordinária realizada em 09 de abril de 2021 - Processo**  
196 **SEI nº 00135.202656/2021-72:** A Conselheira Vivian Oliveira Mendes relatou que a reunião foi  
197 realizada no dia 28 de junho, na qual iniciaram os debates sobre ciclos temáticos com o  
198 estabelecimento de um calendário de atividades. Arrazoou sobre o debate feito relacionado ao Tema  
199 Encarceramento em Massa e a Política de Guerra às Drogas, realizado na última semana e sobre a  
200 missão conjunta aprovada ao estado do Pará. Explanou que estão avançando na discussão da  
201 resolução sobre o uso de armamento não letal e da força dentro do sistema penitenciário, destacando  
202 a sugestão de realização de seminário para buscar estratégias para viabilização da resolução já  
203 aprovada pelo CNDH em 2020. Seguindo, apresentou o Termo de Designação de Adriana Raquel  
204 Ferreira Costa Oliveira como consultora *ad hoc* no prazo de 180 dias, para atuar na Missão  
205 Conjunta ao Estado do Pará, definida nos termos da Reunião Extraordinária realizada em 09 de abril  
206 de 2021. Realizados esclarecimentos sobre a qualificação da perita a pedido da Conselheira

207 Karoline Aires Ferreira Vasconcelos, aprovou-se por unanimidade a designação de Adriana Raquel  
208 Ferreira Costa Oliveira como consultora *ad hoc*, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL  
209 BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR,  
210 MMFDH, MPF, MRE, DPU, PF, Câmara dos Deputados - Minoria. **Relato da 4ª Reunião da**  
211 **Comissão de Litigância Estratégica – Conselheiro Everaldo Patriota; Deliberação sobre a**  
212 **Minuta de Resolução relativa à composição, finalidade e estrutura de funcionamento da**  
213 **Comissão de Litigância Estratégica - Processo SEI nº 00135.214958/2021-93: O Conselheiro**  
214 **Everaldo Bezerra Patriota** informou que a Comissão reuniu-se no dia 26 de junho e deliberou sobre  
215 duas admissibilidades, além de discutir outras questões. Em seguida, apresentou a minuta de  
216 Resolução relativa à composição, finalidade e estrutura de funcionamento da Comissão de  
217 Litigância Estratégica. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa parabenizou pela elaboração da  
218 minuta de resolução, abrindo a palavra para considerações. O Conselheiro Marcelo Chalréo  
219 compreendeu que o art. 3º está restritivo, sugerindo incluir o termo “Sistemas Internacionais de  
220 Proteção aos Direitos Humanos” para contemplar às demais instância que tratam do assunto, o que  
221 foi acatado. A Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos observou que a proposta impacta  
222 no funcionamento do CNDH, entendendo que deve ser encaminhada à Comissão de Regimento  
223 Interno. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa compreendeu que não haveria necessidade de  
224 encaminhamento à Comissão de Regimento Interno devido à especificidade do tema, ponderando  
225 que colocará a questão em votação. Mantida a posição da conselheira, colocou em processo de  
226 votação a apreciação da minuta pelo pleno nesse momento ou o encaminhamento à Comissão de  
227 Regimento Interno, sendo aprovada por maioria apreciação pelo pleno, com o registro dos seguintes  
228 votos favoráveis: OAB, MPF, CNPG, UNISOL BRASIL, PF, MNDH, Câmara dos Deputados -  
229 Minoria, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, DPU. Votaram  
230 pelo encaminhamento à Comissão de Regimento Interno: MMFDH, MRE. Em seguida, colocou em  
231 processo de votação a minuta de Resolução relativa à composição, finalidade e estrutura de  
232 funcionamento da Comissão de Litigância Estratégica, a qual foi aprovada por maioria, com o  
233 registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, MPF, CNPG, MRE, UNISOL BRASIL, PF, MNDH,  
234 Câmara dos Deputados - Minoria, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,  
235 MNMMR, DPU. Abstenção: MMFDH. **Relato e encaminhamentos da 3ª Reunião da Comissão**  
236 **Permanente sobre Segurança Pública e Direitos Humanos – conselheiro Everaldo Patriota;**  
237 **Deliberação sobre a realização de Audiência Pública: “15 anos dos Crimes de Maio:**

238 **Impunidade e os desafios para o enfrentamento ao racismo**”: O Conselheiro Everaldo Bezerra  
239 Patriota informou que a Comissão reuniu-se no dia 30 de junho e discutiu sobre a Missão ao Rio de  
240 Janeiro referente ao massacre na Comunidade de Jacarezinho e sobre o formato da Audiência  
241 Pública “15 anos dos Crimes de Maio: Impunidade e os desafios para o enfrentamento ao racismo”  
242 deliberada pelo pleno. Relatou que um Grupo de Trabalho está debruçado sob um documento de  
243 recomendação sobre Política de Segurança Pública. Em seguida, apresentou o documento de  
244 realização da Audiência Pública. O Vice-Presidente Darci Frigo externou a sua preocupação com os  
245 conflitos existentes no interior do país, informando sobre o caso do Rio Abacaxis e sobre outros no  
246 estado do Amazonas. Finalizadas as manifestações, aprovou-se por unanimidade a realização da  
247 Audiência Pública, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB,  
248 CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, MMFDH, PGR, MRE, DPU, PF, Câmara dos  
249 Deputados - Minoria. **Debate sobre tema estratégico “Violência e letalidade policial,**  
250 **movimentos sociais e defensores/as de direitos humanos”, com fala do convidado Daniel**  
251 **Hirata (Pesquisador e Professor UFF), debate e deliberações das/dos conselheiras/conselheiros**  
252 **sobre formas de atuação do CNDH na pauta – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri  
253 Michael Pereira Costa recebeu o convidado, agradecendo a sua presença. O Prof. Daniel Hirata  
254 cumprimentou a todos e realizou uma breve exposição sobre o Tema “Violência e letalidade  
255 policial, movimentos sociais e defensores/as de direitos humanos”, situando esse problema do ponto  
256 de vista nacional e particularmente do estado Rio de Janeiro. Expôs o seu posicionamento em  
257 relação ao momento atual da letalidade policial e os seus impactos para os defensores de direitos  
258 humanos. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota agradeceu pela  
259 explanação objetiva e registrou o descaso em relação à ADPF nº 635. Ponderou que a letalidade  
260 policial não é um problema ideológico ou partidário, mas do cotidiano da vida. O Conselheiro  
261 Joselito de Araújo Sousa afirmou que se sentiu bastante contemplado com a fala do convidado e  
262 discorreu as perspectivas elencadas são pontos que devem integrar a pauta do CNDH, externando a  
263 sua expectativa de contribuição mais efetiva da PF. A Conselheira Luísa de Marillac Xavier dos  
264 Passos entendeu que é muito importante que a omissão do Ministério Público em relação ao  
265 controle externo da atividade policial seja compreendida como um problema, salientando a  
266 necessidade de fortalecimento dos instrumentos dentro da perspectiva de diálogo permanente com a  
267 sociedade. O Prof. Daniel Hirata observou que o problema não será resolvido sem uma grande  
268 articulação dos vários atores envolvidos e entendeu que um dos grandes equívocos, que resultaram

269 nos problemas existentes, foram as discussões centradas apenas nas forças policiais quando se trata  
270 de segurança pública. Intuiu que a letalidade policial pode ser reduzida com medidas bastante  
271 simples e em curto prazo. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa percebeu que não há uma  
272 estrutura organizada no Ministério Público para exercer a sua atribuição legal de controle externo da  
273 atividade policial, salientando a necessidade de exigir o cumprimento dessa função com a  
274 participação direta da sociedade. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin recordou o debate  
275 realizado referente à segurança individual que ainda não é assegurada no país e apresentou alguns  
276 exemplos de violência institucional contra determinadas populações. Destacou os problemas  
277 relacionados à violência institucional privatizada e arrazoou sobre a extinção do Mecanismo de  
278 Combate à Tortura, entendendo que o CNDH deve pensar que o local desse mecanismo é na INDH  
279 para garantir a sua independência. Propôs o fim total de qualquer força que se intitule como  
280 especial, uma vez que precisam de uma segurança pública com respeito aos direitos humanos. A  
281 Conselheira Virgínia Dirami Berriel manifestou que devem combater o processo de ameaça e de  
282 tortura com todas as organizações. O Prof. Daniel Hirata comentou que o problema da letalidade  
283 policial não é exclusivo das favelas e nem do Rio de Janeiro, porém, observou que algumas  
284 localidades têm mais visibilidades que outras. Alegou que a CPI das Milícias foi muito importante,  
285 porém, não houve desdobramentos. Manifestou que o posicionamento do Ministério Público de  
286 organização posterior do fluxo institucional de acompanhamento das operações policiais não é bom,  
287 destacando que seria importante uma maior transparência com relação ao fluxo de informações para  
288 que sociedade civil seja incorporada no controle democrático da atividade policial. A Conselheira  
289 Mônica de Alkmim Moreira Nunes inferiu que a existência dos Conselhos de Direito de Segurança  
290 Pública já é uma vitória, porém, registrou que existem poucos constituídos, salientando a  
291 importância do debate sobre essa questão. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante arrazoou que a  
292 Conferência Nacional de Direitos Humanos e Conferência Nacional de Segurança Pública em 2008  
293 elaboraram propostas relacionadas à segurança pública que ainda são atuais, solicitando que o  
294 convidado trabalhasse nessa perspectiva. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade  
295 parabenizou pela iniciativa e relatou que juntos poderão reduzir a violência que tem atingindo a  
296 minoria dos povos. O Prof. Daniel Hirata discorreu que a sociedade civil tem um grande  
297 conhecimento acumulado sobre as violações dos direitos humanos que, muitas vezes, é desprezado.  
298 Percebeu que os gastos relacionados aos direitos sociais no mundo estão caindo na mesma  
299 proporção em que aumentam os gastos em segurança e comentou que é fundamental pensar em

300 maneiras de desmilitarizar as polícias. Não havendo mais intervenções, o Presidente Yuri Michael  
301 Pereira Costa salientou a qualidade do convite, que trouxe muitas questões relevantes para reflexão,  
302 inclusive, na atuação do CNDH, agradecendo a participação. **Retorno Reuniões Presenciais:** O  
303 Vice-Presidente Darci Frigo relatou que a sociedade civil dialogou sobre a possibilidade de retorno  
304 das reuniões presenciais do CNDH, uma vez que há bastante prejuízo na participação de  
305 conselheiros, especialmente, daqueles que residem no interior do país. Discorreu que foi refletida  
306 sobre a necessidade de iniciar um desenho dessa possibilidade na próxima reunião da Mesa Diretora  
307 para melhorar a qualidade de trabalho e participação. Salientou que outra questão tratada foi a  
308 questão do *referendum* de notas e manifestações dos CNDH e a necessidade de reduzir o número de  
309 itens de pauta das reuniões, explanando que as reuniões centradas nos informes dos subcolegiados  
310 não permite o aprofundamento de questões e de temas ligados aos direitos humanos. O Presidente  
311 Yuri Michael Pereira Costa comentou que o *referendum* de notas e manifestações é direcionado à  
312 votação, todavia, entendeu que pode haver a possibilidade de alguma consideração por ser um  
313 documento que não foi apreciado pelo colegiado. Com relação à pauta, concordou que ainda está  
314 extensa, mas com itens necessários, sugerindo que as comissões ponderem a natureza dos  
315 documentos e informações a serem apresentadas. O Conselheiro Rogério Giannini compreendeu  
316 que ainda é prematuro o retorno das reuniões presenciais, elencando dados da pandemia que  
317 justificam a sua compreensão. Colocou como possibilidade nesse momento a criação de melhores  
318 condições de acesso à *internet*. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa concordou que é  
319 necessário pensar sobre a possibilidade de retorno presencial das reuniões e comprometeu-se em  
320 pautar esse debate na Mesa Diretora com atenção as observações realizadas. A Conselheira Virgínia  
321 Dirami Berriel explicou que foi debatida a possibilidade de retorno presencial futuro, considerando  
322 todos os cuidados necessários. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota concordou com as  
323 reflexões apresentadas e informou que o Senado Federal recebeu uma nota inadequada do Ministro  
324 de Estado da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas intimidando a CPI da Covid-19.  
325 Sugeriu elaborar uma manifestação desse plenário repudiando esse ataque das Forças Armadas ao  
326 funcionamento de um órgão do Congresso, que está previsto na Constituição Federal. O Sr. Ítalo  
327 Bruno Lima Nonato comunicou que o prédio em que situa a Secretaria Executiva do CNDH passa  
328 por higienização e sanitização aos sábados e há disponibilização de álcool em gel. O Presidente  
329 Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que o assunto da possibilidade do retorno presencial das  
330 reuniões do Conselho seja pautado em reunião da Mesa Diretora, sendo que qualquer deliberação

331 complexa será submetida ao pleno para deliberação. Não havendo oposição à proposta apresentada,  
332 compreendeu que é muito relevante e preocupante a questão colocada pelo Conselheiro Everaldo  
333 Bezerra Patriota, concordando com a necessidade de elaborar uma manifestação do CNDH centrada  
334 na defesa da democracia e dos direitos humanos. Não havendo considerações, colocou em processo  
335 de votação a necessidade de manifestação do CNDH sobre a Nota das Forças Armadas relativa aos  
336 desdobramentos da CPI sobre a Covid-19, a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes:  
337 OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA  
338 BRASIL, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin lembrou sobre  
339 a solicitação do Supremo Tribunal Eleitoral para manifestações sobre o voto eletrônico  
340 encaminhada pela Mesa Diretora, informando que tentará elaborar uma nota para remeter à Mesa. O  
341 Presidente Yuri Michael Pereira Costa observou que não há oposição em relação à elaboração da  
342 nota, sendo que a Mesa Diretora ficará responsável pela avaliação e aprovação do texto assim que  
343 for apresentado. Consensuada a antecipação de alguns itens de pauta do segundo dia de reunião,  
344 passou-se ao **Relato da Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e**  
345 **Acompanhamento e Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em**  
346 **Conflito com a Lei (EAP):** O Conselheiro Rogério Giannini registrou que não há relatos a serem  
347 realizados, uma vez que não houve reunião da Comissão no intervalo de tempo entre essa e a última  
348 reunião do CNDH. **Relato da 2ª Reunião da Comissão Especial sobre Direitos Humanos e**  
349 **Pandemia – Conselheiros Rogério Giannini e Getúlio Vargas:** O Conselheiro Rogério Giannini  
350 informou sobre a realização de seminário no dia 19 de julho, das 14h às 18h, no qual serão  
351 trabalhadas as análises e os levantamentos de informações sobre a pandemia. O Presidente Yuri  
352 Michael Pereira Costa reforçou o convite para participação das reuniões ordinárias da Comissão e  
353 de seus eventos. O Conselheiro Rogério Giannini elucidou que solicitaram auxílio da equipe de  
354 comunicação do Conselho Federal de Psicologia devido às dificuldades técnicas de transmissão,  
355 destacando que o seminário será transmitido pelas redes sociais do CNDH. **Relato da 11ª Reunião**  
356 **do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio ambiente e Direitos Humanos – Conselheiro**  
357 **Leandro Scalabrin:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin informou que o Grupo de Trabalho  
358 não se reuniu no período em que ficou afastado do CNDH, todavia, realizou uma reunião junto à  
359 Comissão, na qual definiu alguns casos para realização de missões (Rio Doce, Barcarena, Pará).  
360 Apresentou a proposta de realização de algumas missões presenciais com a perspectiva de serem  
361 realizadas em 2022 e notificou sobre o recebimento do produto da consultoria realizada pela

362 Deborah Duprat e Carlos Mareas referente ao processo de suspensão do juiz que conduz todos os  
363 processos de indenização em relação ao Rio Doce com violações de direitos humanos. **Relato e**  
364 **encaminhamento da 31ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas,**  
365 **dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por**  
366 **Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em**  
367 **Conflitos Fundiários – Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Ayala Lindabeth Dias**  
368 **Ferreira; Conselheiros Leandro Scalabrin e Dinamam Tuxá: O Conselheiro Leandro Gaspar**  
369 Scalabrin relatou que a Comissão discutiu sobre a necessidade de realizar um trabalho sobre o  
370 racismo institucional, entendendo que a Audiência Pública sobre as Situações das Violações dos  
371 Direitos Humanos das Comunidades Quilombolas em relação aos seus direitos territoriais, junto  
372 com a ADPF nº 742, seria uma ação estrutural da Comissão. Manifestou que estão propondo  
373 realizar essa audiência no dia 24 de agosto, em horário a definir, para que a Comissão apresente  
374 uma proposta concreta de realização da audiência temática ao plenário posteriormente. Explanou  
375 que foi aprovado um texto sobre o Projeto de Lei 490/2007, solicitando a sua apresentação. O  
376 Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá contextualizou e apresentou a  
377 proposta de Recomendação ao Congresso Nacional o arquivamento do Projeto de Lei 490/2007 e  
378 seus apensos, em virtude de sua flagrante inconstitucionalidade, inconveniência e vícios  
379 formais. Não havendo considerações em relação a recomendação, o Presidente Yuri Michael Pereira  
380 Costa colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade, com o registro dos  
381 seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT,  
382 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF. Dando sequência ao relato, o  
383 Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin destacou que todas as manifestações do CNDH referente aos  
384 povos indígenas são ações concretas contra o racismo estrutural nas instituições e sociedade.  
385 Informou sobre a proposta do Conselheiro Marcelo Chalhó de recriação do Grupo de Trabalho para  
386 monitoramento da Resolução CNDH nº 18/2020 e continuar as ações de incidência junto às  
387 instituições, explanando que foi ponderado sobre a questão de restrição para a criação de grupos de  
388 trabalho, porém, os integrantes do antigo Grupo de Trabalho argumentaram que não seria um  
389 empecilho para o desenvolvimento das suas ações a não disponibilização de equipe da Secretaria  
390 Executiva. Apresentada a proposta de resolução que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho  
391 concernente à Recomendação nº 18, de 20 de dezembro de 2020 do Conselho Nacional dos Direitos  
392 Humanos, objetivando dar curso ao estipulado na referida Recomendação, notadamente quanto à

393 interlocução com instituições, órgãos e entidades do sistema de justiça, das esferas administrativas  
394 do sistema penitenciário e demais relacionadas na sobredita Recomendação, visando concretizar os  
395 direitos dos indígenas concatenados na Resolução nº 287 do Conselho Nacional de Justiça e  
396 respectivo Manual de orientação. Não havendo considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira  
397 Costa colocou em processo de votação a referida resolução, a qual foi aprovada por unanimidade,  
398 estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC,  
399 ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF. Prosseguindo, o Conselheiro Leandro  
400 Gaspar Scalabrin contextualizou e apresentou a proposta de recomendação que dispõe sobre  
401 violações das Diretrizes de Empresas Multinacionais OCDE e dos Princípios de Empresas e  
402 Direitos Humanos, de Direito a consulta, prévia, livre e informada; acesso à informação relativo aos  
403 quilombolas atingidos pelo Rompimento da Barragem de Córrego do Feijão em Minas Gerais e do  
404 Relatório sobre a Situação dos/as Quilombolas Atingidos/as pelo Rompimento da Barragem de  
405 Córrego do Feijão em Minas Gerais. Abrindo para considerações, o Vice-Presidente Darci Frigo  
406 questionou sobre o recebimento da manifestação sobre a imparcialidade do sistema judiciário dos  
407 consultores *ad hoc* sobre essas situações. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin esclareceu que  
408 receberam as manifestações referentes ao caso do Rio Doce, ponderando que a ideia é trazer o  
409 parecer da Deborah Duprat em forma de resolução. Solicitou que fosse marcada uma audiência com  
410 o Presidente do CNJ para discussão e inclusão na próxima reunião do Observatório dos Direitos.  
411 Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de  
412 votação a referida proposta de recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade, estando  
413 presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB,  
414 DHESCA BRASIL, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin  
415 relatou que a Comissão adotou a realização das reuniões bimestrais e houve a reflexão da  
416 necessidade de realizar uma redistribuição das denúncias. Informou que os estados de Rondônia e  
417 de Tocantins têm enviado várias denúncias de violências institucionais referente a despejos e  
418 grilagem, solicitando auxílio das demais instâncias para dar encaminhamento a essas denúncias.  
419 **Informes e deliberações da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das**  
420 **Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos – Vice-Presidente Darci Frigo:** O  
421 Vice-Presidente Darci Frigo comunicou que a Comissão está avançando na construção do seminário  
422 com a União Europeia sobre INDH entre os meses de outubro e novembro de 2021. O Conselheiro  
423 Leandro Gaspar Scalabrin observou que o CNDH possui uma conformação institucional na qual é

424 um órgão auxiliar do MMFDH e compreendeu que seria importante ter conhecimento do  
425 entendimento da DPU sobre INDH. Discorreu que a resolução sobre os Conselhos Estaduais de  
426 Direitos Humanos que será aberta à consulta pública também implica nessa discussão sobre INDH.  
427 O Presidente Yuri Michael Pereira Costa concordou que o CNDH deve fazer um diálogo com a  
428 DPU referente a esse tema, colocando-se à disposição para convidá-la. Dando sequência, o Vice-  
429 Presidente Darci Frigo relatou que há um indicativo de reunião da subcomissão com o MRE,  
430 MMFDH e sociedade civil para tratar sobre o monitoramento da política externa de direitos  
431 humanos. **Relato da 16ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde**  
432 **Mental – Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini lembrou que a  
433 Comissão encaminhou à Mesa Diretoria e à Comissão de Litigância Estratégica a solicitação de  
434 inclusão do Conselho como amigo da corte na ação da DPU referente à normativa do CONADE  
435 que regulamentou a internação de adolescentes em comunidades terapêuticas, a qual entrará em  
436 vigor a partir do dia 24 de julho. **Conclusão do 1º dia da 22ª Reunião Extraordinária do CNDH -**  
437 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à  
438 participação de todos, encerrando o 1º dia de reunião. **9h - Abertura do 2º dia de Reunião**  
439 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
440 iniciou o 2º dia de reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e às  
441 pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. **Informes e orientações gerais –**  
442 **Presidente Yuri Costa:** Informou que reforçou com a coordenação da Secretaria Executiva a  
443 necessidade de fazer uma última revisão dos documentos aprovados pelo CNDH para que de fato  
444 sejam publicados. Com relação à elaboração de uma nota pública do que se refere a manifestação  
445 do Ministro da Defesa e do Comando das Forças Armadas, notificou que o texto foi redigido e será  
446 apreciado durante a reunião. Explanou que alguns itens de pauta deste dia foram apreciados no  
447 período da tarde do primeiro dia de reunião, esclarecendo que seguirá a ordem originalmente  
448 prevista dos demais itens e as comissões com convidados terão prioridade. Antecipado o **Relato e**  
449 **encaminhamentos da 17ª Reunião da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à**  
450 **Educação e à Seguridade Social – Conselheira Virgínia Berriel; e convidados Paulo Borile**  
451 **(sobre denúncia de homofobia na BASF), Alessandro Trindade (sobre liberdade sindical) e**  
452 **Deyvid Bacelar (sobre liberdade sindical):** A Conselheira Virgínia Dirami Berriel contextualizou  
453 os ataques sofridos pelos dirigentes sindicais lotados em empresas públicas devido ao processo de  
454 reforma administrativa, especialmente, daqueles lotados na Petrobrás. Passando à palavra, o Sr.

455 Deyvid Bacelar relatou sobre as perseguições e demissões dos dirigentes sindicais, trabalhadores  
456 grevistas ou limitantes que atuam na Comissão Interna de Acidentes pela Petrobrás, intensificadas  
457 nos governos Temer e Bolsonaro. Destacou a demissão por justa causa do Sr. Alessandro Trindade  
458 pela distribuição de cestas básicas durante o período de pandemia para uma ocupação situada em  
459 um terreno da Petrobrás. O Sr. Alexandre Trindade salientou a intensificação dos ataques aos  
460 movimentos sindicais no governo Bolsonaro e explanou que está sendo punido pelo simples fato de  
461 ser solidário. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel informou que, diante essa situação, foi  
462 elaborada uma proposta de recomendação acerca da promoção da liberdade de atuação dos  
463 dirigentes e representantes sindicais no âmbito das empresas que atuam no território nacional e, em  
464 particular, à Petrobrás S.A. e empresas subsidiárias, bem como a adoção de medidas de repressão a  
465 condutas antissindicais. Apresentada a proposta, foram acatadas as seguintes alterações: 1)  
466 substituição do termo “canal de denúncias” por “canal de comunicação” na segunda recomendação  
467 à Secretaria de Trabalho e Emprego; 2) finalização da segunda recomendação imediatamente após a  
468 palavra “Petrobrás S.A.”; 3) inclusão da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos na  
469 recomendação ao Comitê de Liberdade Sindical vinculado à Organização Internacional do  
470 Trabalho; 4) inclusão de recomendação ao ponto focal no Brasil da OCDE para que instaure  
471 procedimento para analisar a inobservância das suas diretrizes para empresas multinacionais  
472 relativas à liberdade sindical. Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira  
473 Costa colocou em processo de votação a proposta de recomendação com as alterações realizadas, a  
474 qual foi aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG,  
475 MNDH, CONAQ, APIB, UBM, CUT, ANAB, CFP, ABGLT, FNDC e DPU. Abstenção: MRE.  
476 Dando sequência, a Conselheira Virgínia Dirami Berriel discorreu que sobre o caso de homofobia  
477 ocorrido na BASF, passando a palavra ao convidado. O Sr. Paulo Borile apresentou o histórico de  
478 diversos atos de homofobia de sua chefia e colegas de empresa e sobre os diversos danos sofridos  
479 após a celebração da sua união estável com o seu atual esposo. Relatou que está processando a  
480 empresa na esfera trabalhista e entrou com um processo na Secretaria de Diversidade de São Paulo.  
481 A Conselheira Virgínia Dirami Berriel destacou o auxílio na elaboração da proposta de Nota  
482 Pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre o caso de homofobia contra empregado  
483 da empresa BASF. Realizada a sua leitura, foram acatadas as seguintes alterações: 1) substituição  
484 do termo “enfrentasse” por “enfrentar” e do termo “combatesse” por “combater”; 2) alteração da  
485 espécie do documento para recomendação; 3) encaminhamento formal à Embaixada da Alemanha e

486 à Organização Internacional de Trabalho – OIT; 3) inclusão da seguinte redação ao final da  
487 recomendação: “*Manifesta sua solidariedade ao cidadão Paulo Henrique Borile Alves em vista da*  
488 *situação de homofobia da qual foi vítima; e recomenda à empresa BASF que reveja os*  
489 *procedimentos adotados neste caso de Paulo Henrique Borile Alves, garantindo de maneira efetiva*  
490 *os direitos do trabalhador e lhe reparando todos os danos causados; que adote uma política de*  
491 *combate ao racismo e à homofobia no âmbito da empresa, providenciando a responsabilização*  
492 *administrativa de casos apurados, bem como criando ambiente de trabalho favorável à convivência*  
493 *saudável com a diversidade.*”. Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira  
494 Costa colocou em processo de votação a proposta de recomendação com as alterações realizadas, a  
495 qual foi aprovada por unanimidade, com os registros dos seguintes votos favoráveis: MMFDH,  
496 OAB, MRE, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC, ANAB, CFP, ABGLT, CONIC, DPU.

497 **Informes e deliberações da 4ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e**  
498 **Enfrentamento da Violência Política na *Internet* – Conselheira Elisabeth Villela Costa e**  
499 **convidado Artur Romeu (Repórteres Sem Fronteiras):** A Conselheira Elisabeth Villela Costa  
500 solicitou ao convidado que realizasse o relato do trabalho do Grupo de Trabalho. O Sr. Artur  
501 Romeu apresentou um breve histórico da criação e dos objetivos do Grupo de Trabalho sobre  
502 Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência Política na *Internet* e explicou sobre a definição do  
503 seu escopo de trabalho. Salientou que a ideia é trabalhar em estudos de casos específicos  
504 envolvendo episódios emblemáticos de violência política *online* contra atores da sociedade para  
505 publicação de relatório a ser apresentado ao plenário no início do próximo exercício. Explicou que  
506 foram identificados dois recortes para produção desse estudo, sendo o primeiro, o contexto da  
507 pandemia e a perseguição de pesquisadores/as, médicos/as, jornalistas e ativistas e o segundo, o  
508 contexto eleitoral de 2022. Informou que o Grupo de Trabalho está trabalhando atualmente em uma  
509 rodada de consultas a organizações da sociedade civil para aprofundamento dos casos. Também está  
510 sendo pensada a realização de uma audiência pública para novembro/2021 com o propósito de  
511 coletar informações para o relatório. A Conselheira Elisabeth Villela Costa acrescentou que, além  
512 do debate do GT, existem iniciativas para o retorno da tramitação da lei das *fakes news* e para  
513 alteração do código eleitoral. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos compreendeu  
514 que o trabalho do GT é muito importante para disseminação das informações e colocou a Comissão  
515 da Mulher à disposição para contribuir. Finalizados os itens de pauta com a presença de convidados,  
516 passou-se aos **Informes de deliberações da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos**

517 **Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento**  
518 **ao Racismo – Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães e Lucileine da**  
519 **Silva Souza e Conselheiro Paulo Mariante:** O Conselheiro Paulo Tavares Mariante informou que  
520 a Comissão não se reuniu entre essa e a última reunião do CNDH, ponderando que a próxima  
521 reunião preparará algumas questões referente ao pleno seguinte. **Relato da 8ª Reunião da**  
522 **Comissão Especial sobre Participação Social – Conselheira Mônica Alkmim:** A Conselheira  
523 Mônica de Alkmim Moreira Nunes elencou os presentes e relatou que foram definidos os seguintes  
524 encaminhamentos: realização de Encontro Nacional de Debate sobre a Democracia nos Espaços de  
525 Participação Social; realização de tratativas para apresentação de consultoria *ad hoc* para  
526 levantamento dos espaços de participação social conforme Eixo Orientador nº 1 do PNDH-3; e  
527 realização de reuniões bimestrais da Comissão. Retomando o **Relato e encaminhamentos da 17ª**  
528 **Reunião da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social –**  
529 **Conselheira Virgínia Berriel:** A Conselheira Virgínia Dirami Berriel acrescentou que a Comissão  
530 também optou pela realização de reuniões bimestrais, destacando que a próxima será realizada no  
531 dia 3 de setembro. Informou que estão sugerindo o resgate das discussões relacionadas à missão  
532 referente às casas dos trabalhadores bolivianos, para que possam analisar as condições desses  
533 trabalhadores nesse momento. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou a permissão para  
534 incluir, nesse momento, a apreciação da Nota Pública em repúdio à postura ameaçadora,  
535 inconstitucional e antidemocrática em manifestação das Forças Armadas contra o Poder Legislativo  
536 Federal. Realizada a sua leitura pelo Conselheiro Marcelo Chalhó, foram realizadas algumas  
537 adequações redações e ortográficas. Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael  
538 Pereira Costa colocou em processo de votação a proposta de Nota Pública, a qual foi aprovada por  
539 maioria, com os seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC,  
540 ANAB, ABGLT, CFP, CONIC, DPU. Abstenção: MRE. O Conselheiro Marcelo Chalhó sugeriu  
541 que a referida nota também fosse encaminhada ao Ministério da Defesa e à Presidência do Senado e  
542 da Câmara, o que foi aprovado. **Relato da 22ª Reunião da Comissão Permanente de Direito**  
543 **Humano à Alimentação Adequada – Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio  
544 Vargas de Moura Júnior informou que a Comissão tem se reunido bimestralmente, ponderando que  
545 focaram no acompanhamento da ADPF da Alimentação Adequada em que o CNDH ingressou  
546 como amigo da corte e na contribuição na construção da Conferência Popular sobre Alimentação  
547 Adequada na última reunião. Em seguida, apresentou a proposta de Recomendação sobre o

548 fortalecimento e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Adequada Escolar (PNAE) para  
549 apreciação. Realizada a inclusão, na recomendação, do governo municipal representadas pela Frente  
550 Nacional dos Prefeitos - FNP, Confederação Nacional dos Municípios - CNM e Associação  
551 Brasileira de Municípios – ABM e não havendo mais nenhuma consideração, o Presidente Yuri  
552 Michael Pereira Costa colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade, com os  
553 registros dos seguintes votos favoráveis: OAB, MRE, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT,  
554 FNDC, ANAB, CFP, ABGLT, CONIC e DPU. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior  
555 comunicou que a Comissão Permanente de Direitos à Cidade não realizará nenhum relato, uma vez  
556 que ainda não conseguiram concluir a recomendação sobre os despejos administrativos.

**557 Deliberações da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão**  
**558 – Conselheira Elisabeth Villela Costa:** A Conselheira Elisabeth Villela Costa informou que a  
559 Comissão tem se reunido bimestralmente e fazendo reuniões setoriais de pequenos grupos durante  
560 esse período. Explanou que o Plano de Trabalho está sendo atualizado por meio da incorporação de  
561 algumas questões ainda não contempladas, como a aprovação da lei que permite o acesso à *internet*  
562 de professores e alunos das escolas públicas. Apresentou, para conhecimento, o pedido de  
563 informação em relação aos critérios utilizados para retirar as publicações do *Instagram/Facebook*  
564 referente à chacina de Jacarezinho/RJ e ao rapaz negro acusado de roubar uma bicicleta no  
565 Leblon/RJ. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa compreendeu que não há necessidade de uma  
566 deliberação do CNDH referente à solicitação, uma vez que as comissões possuem autonomia de  
567 solicitar às informações necessárias. Não havendo considerações, a Conselheira Elisabeth Villela  
568 Costa acrescentou que a Comissão também está realizando o acompanhamento da exposição de  
569 crianças e menores nos programas policialescos. **Relato da 13ª Reunião do Grupo de Referência**  
**570 do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos – Conselheira Eneida Guimarães:** A  
571 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos apresentou o calendário do fluxo de construção  
572 da Resolução Conjunta sobre Diretrizes para o Fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos  
573 à Luz dos Princípios de Paris para conhecimento do pleno. Explicou o fluxo de construção,  
574 destacando que o documento será submetido ao plenário do CNDH para aprovação no dia 07 e 08  
575 de outubro. Em seguida, apresentou o Documento Base do Pacto Nacional dos Conselhos de  
576 Direitos Humanos, aprovado durante o Encontro Nacional de Direitos Humanos, em novembro de  
577 2017 e a Proposta de Minuta em Elaboração - Resolução nº 001/2021 Diretrizes para o  
578 Fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos. A Conselheira Luísa de Marillac Xavier dos

579 Passos parabenizou o trabalho da Comissão, destacando que é fundamental para que possam ter  
580 controle social dos direitos humanos. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin também  
581 parabenizou pelo trabalho e salientou a importância de espelhar as discussões já realizadas sobre  
582 INDH nessa resolução. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos compreendeu que  
583 podem analisar qual será o melhor momento para que essa questão seja trabalhada, uma vez que não  
584 possui autorização para modificar o calendário. Diante esse esclarecimento, o Conselheiro Leandro  
585 Gaspar Scalabrin sugeriu encaminhar um lembrete aos conselheiros sobre o prazo de contribuição,  
586 destacando o prazo final. A Conselheira Luísa de Marillac Xavier dos Passos propôs a realização de  
587 um momento único conjunto para debater essa resolução entre o CNDH e os demais conselhos para  
588 garantir a participação e resolver as questões pendentes. Externadas todas as opiniões e  
589 manifestações, foi consensuado o envio de lembrete do prazo final de contribuição para Resolução  
590 Conjunta aos conselheiros, sendo que o documento será debatido no Encontro Nacional e em  
591 seguida como item de pauta no pleno dos dias 08 e 09 setembro/2021. **Relato dos**  
592 **encaminhamentos da 6ª Reunião da Comissão Especial para revisão do Regimento Interno do**  
593 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael  
594 Pereira Costa apresentou o pedido da Comissão de prorrogação do prazo para conclusão dos seus  
595 trabalhos por mais 60 dias, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. Explicou que essa  
596 prorrogação será publicada em resolução. **Conclusão e Encerramento da 22ª Reunião**  
597 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
598 registrou o seu agradecimento à participação de todos, finalizando a reunião.